

## APRESENTAÇÃO

Honosamente apresentamos o livro com os trabalhos expostos no Grupo de Trabalho de Direito Ambiental I, que aconteceu no XXIII Encontro Nacional do CONPEDI, realizado em Florianópolis – SC, entre os dias 30 de abril a 02 de maio de 2014, promovido pelo CONPEDI e pelo Programa de Mestrado em Direito da Universidade Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, sob o tema “(Re)pensando o direito: desafios para a construção de novos paradigmas”.

Cumpramos salientar o relevante papel que o CONPEDI vem assumindo diante do desafio global de fomentar a pesquisa e o desenvolvimento científicos referentes aos problemas ambientais, tanto nacionais como internacionais. Nesse sentido, constituiu um verdadeiro espaço para o aprimoramento do conhecimento jurídico e científico das questões ambientais, sobrevivendo pelo fundamental intercâmbio de informações entre pesquisadores de várias partes do Brasil.

Os trabalhos que constituem esta obra demonstram o desenvolvimento e atualidade das problemáticas do Direito Ambiental, bem como o compromisso dos autores e co-autores em apresentar uma pesquisa científica de qualidade, com o necessário rigor jurídico e aprofundamento metodológico das questões.

No grupo de trabalho que participamos preponderou a veiculação pelos expositores dos resultados concludentes ou parciais de pesquisas acadêmicas, pautada por um rico e construtivo debate entre docentes e discentes de Programas de Pós-graduação *Stricto Sensu* de diversas regiões do nosso país.

Seria impossível comentar cada tema que compõe esta obra. Mas, apenas para que se tenha ideia, basta verificar os títulos dos trabalhos.

Assim, no campo de estudos sobre os riscos tecnológicos e meio ambiente, temos: “A Incidência do Princípio da Precaução no Processo de aprovação dos Organismos Geneticamente Modificados (OGMS) pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança”; “Bisfenol-A e os efeitos da substância no desenvolvimento humano: A violação oculta dos direitos da personalidade na transparência e resistência do plástico”; “Noção jurídica de risco ao meio ambiente e sua proteção no sistema brasileiro de responsabilidade civil ambiental”; “A regulação da Exploração e produção de gás de Xisto Betuminoso no Brasil”; “Panorama da responsabilidade civil por danos ambientais no Japão: Uma Análise Jurídico-Filosófica”; “Zoneamento das fontes locais potenciais geradoras de energia renovável”; “A sustentabilidade e seus reflexos dimensionais na avaliação ambiental estratégica: o ciclo do equilíbrio do bem estar”.

Já na perspectiva de realização de uma justiça ambiental como critério da afirmação da dignidade humana: “(In)Justiça Ambiental e gestão de resíduos sólidos: um estudo a partir da implantação da central de tratamento de resíduos no município de

Rosário (MA)”; “Gestão de bens comuns: Tragédia dos comuns ou tragédia dos comunitários? Reflexões em torno da gestão de unidades de conservação de uso sustentável”; “O direito fundamental ao meio ambiente urbano ecologicamente equilibrado no estado socioambiental de direito”; “Exploração de recursos naturais e o processo democrático de participação política das minorias atingidas de uma visão romântica da natureza à tutela efetiva dos direitos humanos fundamentais”; “A construção do estado de direito socioambiental a partir da ótica habermasiana: A consolidação do mínimo existencial socioambiental como elemento de afirmação da dignidade da pessoa humana”; “Educação Ambiental: A (in)viabilidade de uma epistemologia ecológica no sistema de ensino contemporâneo”.

Com foco na tarefa do judiciário, temos pesquisas sobre: “A atuação do juiz face ao direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado”; “O rompimento com o paradigma racionalista no processo ambiental com a análise da decisão liminar em ação civil pública que suspendeu a extração de areia no rio Jacui/RS”; “A desvinculação da pessoa física na responsabilidade penal ambiental da pessoa jurídica: um novo paradigma no Supremo Tribunal Federal”; “Uma teoria da decisão ambiental”; “Da materialidade à imaterialidade: transição que desafia a criação de novos paradigmas para a tutela administrativa e jurisdicional do patrimônio cultural”; “Autopoiese do sistema jurídico: decisão que jurisdiciza a teoria construtivista da autorresponsabilidade empresarial nos crimes ambientais”; “A eficiência da tutela jurídica brasileira na conservação dos recursos hídricos contra a poluição, sob o enfoque do estuário da lagoa dos patos no entorno do município do Rio Grande/RS”.

Pautados pela relação entre a propriedade e meio ambiente, incluem-se: “A função social dos bens ambientais na Constituição Federal de 1988: critérios para construção de um conteúdo normativo”; “O desenvolvimento doutrinário e a trajetória legal do princípio da função social da propriedade”; “Reflexões acerca da dissonância entre os condomínios fechados de luxo e as cidades”.

Finalmente, envolvendo-se pela aproximação entre tributação e a proteção do meio ambiente, temos os seguintes trabalhos: “Considerações sobre a tributação ambiental federal orientada”; “Objetivos e configuração do ICMS verde no estado do Pará”.

Por todas essas reflexões gravadas nos trabalhos que compõem esta obra, é possível afirmar que estamos diante de uma obra indispensável ao estudo do Direito Ambiental. Os autores que estão presentes nesta obra, a par da motivação e inspiração originadas pelos trabalhos realizados, trouxeram sem dúvida uma importante contribuição ao aperfeiçoamento do Direito Ambiental no Brasil.

Florianópolis, 02 de maio de 2014.

Lívia Gaigher Bósio Campello - Unimar  
Norma Sueli Padilha - Unisantos  
Paulo de Bessa Antunes - Unirio